



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 05

**Atualidades e Geografia p/ ABIN**

Professor: Rodrigo Barreto

**Aula 5**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>PÁGINA</b>
1. Integração do Brasil no processo de internacionalização da economia. A divisão inter-regional do trabalho e da produção. O processo de industrialização e suas repercussões na organização do espaço.	1
2. A rede brasileira de transportes e sua evolução. A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles. Integração entre indústria, estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil.	16
3. Questões comentadas	22
4. Lista de questões	31
5. Gabarito	35

**1. Integração do Brasil no processo de internacionalização da economia. A divisão inter-regional do trabalho e da produção. O processo de industrialização e suas repercussões na organização do espaço.**

Nosso primeiro tópico desta aula está diretamente relacionado com o conceito de globalização e, por isso, seu bom entendimento é fundamental para que possamos desenvolver adequadamente os próximos tópicos. Vimos que a ideia de globalização, por sua vez, está relacionada com produtos, informações, pessoas, estilo de vida, artes, etc. No mundo atual, tudo parece estar de alguma forma conectado.

Podemos notar o sem número de produtos que circulam pelo mercado interno brasileiro e que não são produzidos por aqui. São celulares, notebooks, tablets, roupas, sapatos, carros e um monte de coisas vindas de toda parte do planeta. Além dos produtos que aqui entram, não podemos nos esquecer dos que daqui saem. Esse movimento é exatamente a materialização do processo de internacionalização de nosso país na economia (global).

Outra situação que corrobora o que estamos dizendo se dá com os impactos globalmente sofridos. De certo, a crise de outro país impacta, em maiores ou menores proporções, a economia brasileira. As ações do governo ou a falência de uma grande empresa também têm consequências no mercado e, assim, na bolsa de valores. Por essa razão, podemos dizer que a economia hoje é conectada, não estando restrita somente a fatores nacionais.

Mas a questão é: como isso tudo começou? Para que entendamos todo o processo, iremos retroceder um pouco no tempo.

Seguindo a regra dos demais países subdesenvolvidos, o Brasil não ficaria de fora do processo de mundialização do capitalismo. Nesse processo, basicamente, a estrutura econômica brasileira foi invadida por dois grupos principais: os grupos financeiros e as multinacionais. Os grupos financeiros buscavam adquirir aplicações para a excessiva liquidez em que se encontravam no pós-guerra. Já as multinacionais, que se beneficiavam claramente do excedente financeiro, buscavam novos mercados a fim de aumentarem seus lucros e, assim, expandiram-se para países como o Brasil, onde havia um grande potencial de crescimento.

O desenvolvimento brasileiro se caracteriza por um grande dinamismo. Do início do século XX até a década de 70, quando houve a grande industrialização brasileira, a economia brasileira foi uma das que mais cresceu em todo o mundo. Nesse contexto, o Brasil viveria o período conhecido como “milagre econômico”, exatamente em razão do aumento de investimentos estrangeiros por aqui depositados. Naquela época, o Brasil tinha uma mão de obra abundante e baratíssima, disposta a aceitar qualquer emprego em qualquer condição.

Os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial contribuíram de forma significativa para as mudanças na divisão internacional do trabalho, já que várias das chamadas grandes empresas passaram a instalar subsidiárias em países subdesenvolvidos. Essa lógica também implicou a industrialização, o desenvolvimento econômico do Brasil e o aumento das disparidades regionais. Fique claro que não podemos dizer que essa lógica ajudou na melhora dos indicadores sociais. E foi se industrializando e se desenvolvendo que o Brasil assistiu ao processo de internacionalização de sua economia.

Deixem-me fazer um corte. Voltemos no tempo. Falemos de como a divisão inter-regional do trabalho e da produção e as repercussões do processo de industrialização na organização do espaço se relacionam a esse processo.

Até a Segunda Guerra Mundial, a importância de cada região era estabelecida pelo valor das exportações de seus produtos primários. O problema é que essas exportações eram instáveis, de maneira que as oscilações acarretavam uma descontinuidade econômica e, conseqüentemente, uma queda na importância de cada região. Essa situação configurava-se como sendo a antiga divisão internacional do

trabalho. De acordo com o professor Francisco Capuano Scarlato, a importância de cada região brasileira dentro da economia do país foi sendo estabelecida em função da própria posição do Brasil no contexto dessa nova divisão internacional do trabalho. Em outras palavras, a divisão inter-regional do trabalho e da produção foi estabelecida segundo a própria dinâmica da internacionalização da economia brasileira.

Observa-se que o café foi o único desses produtos primários a conseguir criar mecanismos socioeconômicos estáveis, de forma a permanecer importante nas regiões onde ele prevaleceu – principalmente no Sudeste, onde posteriormente se instalou a chamada grande industrialização brasileira.

Dessa maneira, o Sudeste, em função das condições históricas de desenvolvimento econômico, foi a região que mais exportou no período subsequente ao início da industrialização, pois nessa região já estavam assentadas as bases para a implementação da indústria.

Assim, enquanto o Sudeste se modernizava e adentrava na nova divisão internacional do trabalho, as outras regiões permaneciam estagnadas e baseando seu comércio externo na antiga divisão. Por isso, podemos dizer que nesse momento, de meados dos anos 70 até o fim da década de 80, as demais regiões brasileiras permaneceram importando manufaturados e exportando produtos primários.

O crescimento da modernização do Sudeste, resultante daquela economia do café, ligou-se às condições desse produto no mercado mundial da época. A Europa, desde o início do século passado, se habituou ao consumo de tal produto. Com isso, o Sudeste conseguiu

promover aquelas bases que lhe garantiriam uma enorme industrialização e urbanização posteriores.

Com as vantagens oriundas da economia do café e também o crescimento do mercado interno, o Sudeste alcançou bons níveis de integração entre suas cidades se comparado às outras regiões brasileiras. Essa integração pode ser percebida se observarmos a estruturação da rede urbana paulistana, por exemplo.

Já em relação às regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte o mesmo não pode ser observado, já que historicamente essas regiões não tiveram os mesmos níveis de modernização e urbanização do Sudeste.

Em relação a tais regiões, Scarlato aponta que as estruturas tradicionalistas dessas regiões permaneceram e reproduziram as antigas relações de produção, o que impediu a expansão de seus mercados internos. Mesmo a urbanização nessas regiões ficou direcionada somente às capitais e, nessas capitais, é que se concentravam a industrialização e o mercado de trabalho.

A região Sul, por sua vez, tem na raiz de seu povoamento a imigração europeia do século XIX. Essa imigração fortaleceu o crescimento do mercado interno e desenvolveu a agroindústria. Tal região observou ainda a criação de indústrias relacionadas à metalurgia, aumentando consideravelmente o seu mercado de trabalho.

A proximidade geográfica do Sudeste e as suas próprias relações de produção favoreceram o fortalecimento do mercado da região Sul, colocando essa região como a segunda mais industrializada do país.

Essa desigualdade histórica no desenvolvimento regional acarretou, principalmente no período de industrialização, o êxodo rural. Populações deixavam as suas cidades de origem em busca de melhores condições, principalmente em direção ao Sudeste.

Segundo Scarlato, esses desequilíbrios regionais a que nos referimos foram resultado da posição do Brasil na nova divisão do trabalho. Os países desenvolvidos levavam suas indústrias para os países periféricos a fim de contratarem mão de obra mais barata e pagar impostos menores, além de aprimorarem a exportação das matérias-primas. Assim, fica evidente que essas indústrias não beneficiaram diretamente a população que permanecia em um processo exploratório.

Ressalto, mais uma vez, que até a Segunda Guerra, o Brasil era um país tipicamente agroexportador. Essa condição de país agroexportador era a mesma na qual se encontravam os demais países economicamente periféricos da América Latina, África e Ásia.

A economia desses países era baseada na produção de produtos primários (alimentos e matéria-prima) que eram exportados para os países centrais (países da Europa, Japão e Estados Unidos).

Essa relação entre países periféricos com países centrais era baseada na troca de produtos primários por produtos manufaturados. É claro que essa relação era favorável aos países centrais, pois esses países ao exportar produtos manufaturados, que são mais caros que os primários, mantinham suas balanças comerciais sempre positivas. Essa relação é exatamente a chamada antiga divisão internacional do

trabalho. Estou batendo na mesma tecla repetidas vezes para que vocês compreendam perfeitamente o processo.

Acontece que, após a Segunda Guerra, essa divisão é alterada. Com a industrialização de alguns desses países periféricos foi necessária a introdução de uma nova divisão internacional do trabalho, que passaria a ser formada por três espécies de países: países industrializados centrais, países industrializados periféricos e países não industrializados (periféricos).

Vocês já sabem que na década de 70 houve uma intensificação na industrialização. Além disso, nessa época, o Brasil tomou enormes quantias de empréstimos externos gerando um grande endividamento. Assim, a industrialização e a tomada de empréstimos no exterior, que causou o endividamento externo, impulsionaram o crescimento da economia brasileira, porém trouxeram graves consequências sociais.

Nesse período de governos militares, ocorreu o melhor desempenho da economia brasileira. Tal crescimento econômico, além de ter se baseado na industrialização e na tomada de empréstimos, ainda se deu em um contexto de redução salarial (arrocho salarial), autoritarismo, repressão política e cerceamento das liberdades sindicais.

Em 1965 havia treze países com PIB superior ao do Brasil no mundo capitalista; já em 1984, perto do fim do governo militar, o Brasil era a 8ª maior economia do mundo em termos de PIB.

Nesse período (1965-84) o PIB brasileiro cresceu cerca de 270%. A renda *per capita* aumentou cerca de 130%, também em razão da queda da taxa de natalidade e, conseqüentemente, queda do



crescimento vegetativo. Mesmo assim, as desigualdades permaneciam e os níveis de renda *per capita* se mantinham distantes dos níveis de países desenvolvidos.

Na década de 80, o Brasil passou por uma grave crise, colocando fim a esse período de grande crescimento econômico e à ideia de que o crescimento econômico por si só seria capaz de diminuir as desigualdades sociais e a pobreza existentes no país.

O problema é que o modelo de crescimento adotado não favoreceu as parcelas mais pobres da população, tendo sido estruturado para atender as demandas das camadas mais elitizadas.

Assim, podemos dizer que a industrialização e o crescimento econômico no Brasil não beneficiaram a maior parcela da população brasileira. Esses processos foram excludentes e concentradores, pois tiveram como consequência a concentração da renda nas mãos de uma pequena parcela da população.

A crise econômica dos anos 80 pode ser entendida justamente como o colapso desse modelo excludente e concentrador. Modelo que se baseou na dependência do capital externo e que passou a sofrer abalos a partir da crise do petróleo de 1973 e se agravou com a crise de 79.

A crise do petróleo afetou o Brasil de maneira brutal, pois o preço do petróleo chegou quase a quadruplicar e, naquela época, o Brasil importava 80% do petróleo que consumia. Como consequência disso, a balança comercial brasileira passou a ter negativos enormes. No final da década de 70, quando o Brasil dava sinais de recuperação

econômica, ocorre outra crise do petróleo e a balança comercial brasileira voltou a se desequilibrar.

Com esse desequilíbrio aumentou-se a necessidade de o país procurar capitais externos, justamente para que pudesse continuar importando petróleo. Assim, a economia brasileira entrou em um círculo vicioso e a dívida externa brasileira aumentou consideravelmente nesse período.

A década de 80 se iniciou, então, com uma grave situação econômica no Brasil, na qual o país não conseguia sequer controlar os juros decorrentes do endividamento. O Brasil perdera o controle sobre aquele círculo vicioso e, conseqüentemente, o controle sobre a sua dívida externa.

O caso brasileiro evidenciava, portanto, um processo de endividamento externo cumulativo. De forma que, mesmo com o aumento das exportações, a receita resultante desse aumento já estava comprometida com o pagamento dos juros dessa dívida.

Essas receitas não foram, portanto, utilizadas nas atividades produtivas nem em serviços públicos, ou seja, as receitas não foram revertidas em benefícios para a população. Os saldos do comércio exterior foram consumidos quase que inteiramente pelos juros da dívida externa.

Esse quadro é fundamental para que entendamos a crise econômica dos anos 80, o agravamento das desigualdades sociais nesse período e as consequências de uma internacionalização desenfreada da economia. A transferência de bilhões de dólares ao exterior foi realizada à custa do trabalho de milhões de brasileiros e o

Brasil terminou a década de 80 com uma dívida externa absurdamente alta.

Portanto, a industrialização brasileira e o crescimento econômico não foram capazes de retirar o país da condição de subdesenvolvimento e nem mesmo conseguiram diminuir as desigualdades regionais. Na verdade, a industrialização e o crescimento econômico foram processos nos quais houve um aumento dessas desigualdades – conforme já assinalamos.

Mais uma vez, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro baseado na expansão das indústrias, no arrocho salarial e no endividamento externo, foi estruturado na direção do atendimento às demandas das classes ricas em desfavorecimento às classes pobres. Assim, grande parte da riqueza gerada no período de crescimento econômico foi concentrada nas mãos das elites.

Esse modelo de desenvolvimento excludente e concentrador tem em sua base exatamente a manutenção dos baixos salários dos trabalhadores. Analisando os dados de distribuição de renda nacional, podemos observar que em 1960 os 50% mais pobres da população detinham apenas cerca de 18% do total da riqueza nacional. Em 1980, esses mesmos 50% detinham ainda cerca de 14%. E em 1989 eles passam a deter cerca de 10,5% da riqueza.

Por outro lado, corroborando a perspectiva excludente e concentradora, temos quem em 1960, os 10% mais ricos da população possuem cerca de 40% da riqueza nacional. Em 1980, esses 10% mais ricos passam a possuir 46,5% da riqueza e em 1989 eles passam a possuir cerca de 53%. Segundo o professor Ariovaldo de Oliveira,

dentro desses 10% é possível identificar um grupo de 1% ainda mais rico que em 1989 possuíam cerca de 17% da riqueza.

Pessoal, o importante não é de forma alguma vocês gravarem numericamente os dados. Até porque eles podem variar de fonte para fonte e não serão cobrados na prova, mas o importante é que vocês entendam o processo que está sendo exposto, ok!? É isso que poderá cair.

Ao contrário do que se poderia supor, o crescimento do “bolo” não gerou a partilha do mesmo. Com a forte política de arrocho salarial houve uma diminuição crescente da participação dos trabalhadores na distribuição de renda nacional, é como diz naquela música: “o de cima sobe e o de baixo desce”.

O valor real do salário mínimo, ou seja, aquele frente aos níveis de inflação, em 1957 estava 22% acima do recebido em 1940. Porém, em 1960 o valor real do salário volta aos níveis de 1940 e a partir de então começava a sofrer um violento processo de desvalorização. Com o endividamento externo já completamente instaurado, durante os governos Collor e Itamar, os trabalhadores chegaram a receber os mais baixos salários dos últimos cinquenta anos em relação ao seu valor real.

Contudo, houve uma mudança de perfil social no Brasil, com tendências menos concentradoras do que aquelas do passado, que começou a ocorrer no período FHC e teve maior intensidade no período Lula.

Nota-se que, a partir de então, começaram a aparecer alguns indícios da queda das desigualdades sociais. Não estamos a dizer que a

situação da desigualdade tenha sido revertida ou que estejamos vivenciando um processo de total reversão dessa perspectiva. Mas nos últimos anos ocorreram mudanças na distribuição de renda e no mercado de trabalho que melhoraram tais índices. É sobre essas mudanças que falaremos agora.

Nos últimos anos o Brasil tem experimentado uma melhora na formalização do trabalho e na renda média dos trabalhadores, além de mudanças na estrutura demográfica da população. A própria formalização do trabalho por si só é um fato que contribui para a melhora na renda média, além de contribuir com a entrada desses trabalhadores na Previdência Social.

Dessa forma, nos últimos anos tem ocorrido uma melhora de importantes indicadores sociais, como nas taxas de desemprego, de desigualdade de renda e de pobreza (medido pelo índice de Gini); embora, a desigualdade e a pobreza ainda permaneçam altas.

Gostaria de fazer duas observações aqui antes de continuar com a explicação dessas mudanças: a primeira para distinguir pobreza de desigualdade, a segunda para conceituar esse tal índice de Gini.

No nosso modelo de sociedade moderna, cuja economia é regida pelo mercado, a renda é o critério utilizado como parâmetro de pobreza. Dessa forma, são considerados pobres aqueles que não ganham o suficiente para atender as suas necessidades básicas de alimentação, moradia, saúde, transporte, lazer, educação etc. Portanto, pobreza é a falta de recursos para que se atinja um determinado padrão mínimo de existência material.

Já desigualdade social está relacionada às diferenças existentes entre as camadas sociais e entre os indivíduos. Assim, se numa determinada sociedade toda a população é pobre, não se pode dizer que haja uma desigualdade social, o que ocorre é a pobreza generalizada. No Brasil, há sim muita pobreza, porém há parcelas da sociedade extremamente ricas. Esse abismo entre uma classe e outra é exatamente o que se denomina desigualdade. A desigualdade não é necessariamente relacionada à renda. Ela pode ser compreendida também ao se analisar os acessos à saúde, ao trabalho, à educação. Por exemplo, uma família da periferia do Maranhão que ganhe R\$300,00 por mês tem um acesso ainda menor aos hospitais do que uma família que ganhe esses mesmos R\$ 300,00 numa cidade como Ribeirão Preto em São Paulo, embora ambas sejam igualmente pobres.

O índice (coeficiente) de Gini é um critério utilizado para medir o grau de concentração de renda em um determinado país, apontando a diferença de rendimento entre os mais pobres e os mais ricos. Normalmente a amostra para a análise é dada comparando-se os 20% mais ricos com os 20% mais pobres.

Esse coeficiente varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de zero estiver, maior a igualdade da sociedade analisada. No Relatório de Desenvolvimento Humano realizado pelo Pnud, de 2010, o Brasil apareceu como o 3º país mais desigual do mundo. O coeficiente obtido pelo Brasil (0,522) é comparável ao de países como a África do Sul e a Namíbia. Depois de alguns problemas na pesquisa do PNAD, o que causou até desgaste no governo, já que teria havido um erro na primeira divulgação, o IBGE considerou que o índice de Gini atualmente é de 0,497.

Esse fato demonstra que embora estejamos conversando sobre uma melhora na distribuição de renda, a desigualdade nela ainda é bastante grande. Vejam, entretanto, que há uma gradual melhora nos índices.

Essas mudanças nos indicadores sociais, evidenciadas principalmente no início do século XXI, se deram em boa medida por causa da volta de um crescimento econômico, porém dessa vez um crescimento mais equilibrado do que o crescimento dos anos 60-70. Incluem-se de modo importante nesse processo as políticas sociais de transferência de renda e a formalização dos postos de trabalho.

Cabe ressaltar que o crescimento econômico, a queda no ritmo de crescimento populacional e o envelhecimento da população não foram, contudo, capazes de desfazer a heterogeneidade que há na sociedade brasileira, ainda marcada por aquelas desigualdades regionais e sociais. Heterogeneidade que se evidencia também dentro do mercado de trabalho. Vejam que as melhoras no quadro social ainda são incapazes de reverter totalmente o quadro da desigualdade, embora um abrandamento dos problemas.

Em relação ao mercado de trabalho propriamente dito, pode-se dizer que ele esteve atrelado na última década à economia do país. Com a melhora no ritmo de crescimento econômico, o país passou a ter reduzidos os índices de desemprego.

Entre os aspectos mais importantes desse período temos o aumento da população economicamente ativa, diminuição do desemprego e a formalização dos postos de trabalho.

Em 2010 a População Economicamente Ativa (PEA), que é a parte da população que se encontra disponível para o mercado de trabalho, independente de estar empregada ou não, totalizava cerca de 102 milhões de pessoas, sendo predominantemente urbana.

Nesse mesmo período, a quantidade de pessoas ocupadas na PEA era de cerca de 92% do seu total, ou seja, na População Economicamente Ativa somente 8% estavam desocupados. Ainda sobre esse período, a população estava ocupada principalmente no setor de serviços.

Pessoal, o que eu quero demonstrar é que o aumento no valor do salário mínimo, o crescimento do mercado interno, do emprego, da formalização do emprego, a ampliação de políticas públicas e sociais, entre outros fatores, introduziram um processo de redistribuição de renda em direção à base da pirâmide social.

Contudo, as desigualdades socioeconômicas permanecem muito elevadas. Ainda é bastante alta a concentração de renda dos 10% mais ricos da população que, ainda hoje, se apropriam de cerca de 42,8% da renda nacional.

No Brasil, a política monetária tem sido um mecanismo de concentração de renda devido, principalmente, às altas taxas de juros. Levando-se em consideração que a maior parcela da arrecadação do Estado brasileiro advém de tributos sobre o consumo, pode-se concluir que possuir essa alta taxa de juros tem significado que a população, particularmente a mais pobre, arca com boa parte dos custos do Estado e não necessariamente recebe serviços públicos satisfatórios em troca.



## **2. A rede brasileira de transportes e sua evolução. A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles. Integração entre indústria, estrutura urbana, rede de transportes e setor agrícola no Brasil.**

As origens do processo de industrialização nos remetem ao século XVIII, quando surgem na Inglaterra mudanças econômicas, políticas, sociais e técnicas. A esse conjunto de mudanças denomina-se Revolução Industrial. É a partir dessa revolução que há uma quebra no paradigma produtivo, substituindo-se as manufaturas pelas indústrias, em um processo no qual os trabalhadores foram perdendo o controle exclusivo da produção e do produto, que passa a ser expropriado em favor do patrão.

Esse processo ocorrido há tanto tempo não é estanque no tempo, ou seja, o que se iniciou na Inglaterra passou a fazer parte da história de toda a humanidade, dando-se de forma diferente de país para país, de região para região. A Revolução Industrial trouxe o desencadeamento do processo industrial para todo o mundo, com a criação de novas e variadas indústrias, do progresso tecnológico e da urbanização, já que a cidade passa a ter papel mais relevante que o campo para a economia e para o desenvolvimento.

Como já falei, o processo de industrialização no Brasil foi tardio, ocorrendo somente a partir do governo Vargas – quando há entrada do capital estrangeiro. Tanto Vargas quanto JK foram fundamentais nesse processo de industrialização brasileira, pois eles se utilizaram de todo capital estrangeiro possível. E foi exatamente a partir da utilização desse capital que o processo de industrialização teve curso no Brasil.

Até então o Brasil era um país predominantemente agrário com a maior parcela da população vivendo no campo. Com a industrialização, observa-se um interessante fenômeno, pois foi a lavoura que liberou boa parte da mão de obra para as indústrias que se instalavam. Dessa maneira, a mão de obra que estava concentrada no campo foi se espelhando pelas indústrias e, a partir do aumento da demanda, também para o setor terciário. Quanto mais o país se industrializava, mais ele se desenvolvia e, assim, mais necessidade de serviços havia. Foi exatamente durante esse processo que o Brasil vivenciou o fenômeno mais importante em relação a reorganização do espaço, que foi o êxodo rural.

Um detalhe interessante – e que inclusive já foi questionado em provas do Cespe – é que a industrialização também teve importante participação no desenvolvimento tecnológico do setor agrícola. Com o desenvolvimento industrial e o aumento da demanda por produtos alimentícios nas cidades houve a necessidade de que se melhorassem as técnicas e os modos de produção rural. Assim, foi necessário o emprego de máquinas, produtos químicos e técnicas cada vez mais sofisticadas a fim de que se aumentasse a produção. Com a transferência de trabalhadores das lavouras para as cidades também ocorre um aumento na renda, o que corrobora esse acréscimo no consumo de alimentos.

O processo de industrialização traz consequências sérias para as cidades. Com a industrialização e a urbanização que dela decorre, têm-se também a formação de bairros periféricos, a piora no tráfego, o aumento da poluição e a diminuição de espaços verdes, os bolsões de miséria, etc. Portanto, podemos dizer que a industrialização modifica de maneira bastante evidente todo o espaço, impactando de maneira contundente a vida em sociedade e o meio ambiente.

Com a industrialização crescente e a urbanização há também uma modificação na forma de mover-se dentro da cidade, ou seja, há uma mudança nos meios de transporte. Atualmente o modelo de transporte brasileiro baseia-se em uma extensa malha rodoviária, já que devido a políticas implementadas sobretudo no período militar temos uma rede aquaviária e ferroviária reduzida. Infelizmente nem mesmo os governos que vieram posteriormente ao referido período foram capazes de utilizar de maneira racional a extensa área de bacia hidrográficas.

No período desenvolvimentista de Vargas e JK houve uma intenção de criar uma rede de transportes ligando todo o país e para tal os governos do período preferiram dar maior atenção às indústrias automobilísticas. Nesse período foram construídas diversas estradas de Norte a Sul do país e houve um freio na expansão de malha ferroviária. A partir daí a malha ferroviária brasileira não se modernizou e atualmente se configura como sendo pequena, pouco utilizada e bastante antiquada. Essa situação recebe inúmeras críticas por parte de especialistas, pois esse meio de transporte é mais barato e mais eficiente (já que pode transportar uma quantidade enorme de produtos). Aliás, a situação da infraestrutura brasileira é ruim, impedindo inclusive que o país possa aumentar seu nível de produção tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo. No último semestre de 2012, o país teve sérios prejuízos devido a incapacidade infraestrutural para o escoamento de produtos agrícolas, principalmente a soja, de modo que parte considerável da produção ficou inviabilizada de ser transportada e comercializada.

Um ponto que costuma causar dúvida é o seguinte: e se a questão afirmar que o transporte fluvial não tem importância nenhuma

para o setor agrícola do Brasil? Certamente essa questão seria considerada errada, pois, embora longe de ter todo o seu potencial aproveitado, o transporte fluvial auxilia o escoamento da produção em algumas regiões do país. Como exemplo dessa situação podemos citar o Rio São Francisco que, a partir de seu curso médio, a navegação é utilizada, principalmente no trecho que vai de Petrolina, em Pernambuco, a Juazeiro, na Bahia.

É importante que vocês notem que a rede de transportes brasileira se desenvolveu à medida que a industrialização e a urbanização também foram se desenvolvendo. Antes do período de industrialização, quando a economia baseava-se em produtos primários, a rede de transportes do Brasil era bastante limitada e pautava-se na rede fluvial e na ferroviária. Depois, com a industrialização, passamos a ter a ampliação do sistema rodoviário, com aquecimento da indústria automobilística, limitando consideravelmente as ferrovias. Só um detalhe: o sistema rodoviário não é o mais caro, pois o aéreo é mais.

Outro ponto importante é ressaltar que o processo de urbanização no Brasil é bastante disforme, havendo historicamente, mesmo do ponto de vista regional, uma alta taxa de transferência de pessoas do campo para a cidade. Essa desigualdade regional em relação à urbanização reflete também as desigualdade econômicas e sociais que caracterizam o país. Portanto, as desigualdades no processo de urbanização refletem as disparidades econômicas regionais e ainda a própria inserção diferenciada de cada região na economia do país.

Atualmente o Brasil vem apresentando sinais de um movimento contrário àquele ocorrido dos anos 1940 até meados dos anos 1980. O

movimento que hoje se apresenta é um movimento de migração para cidades médias, de modo que essas cidades começam a apresentar índices de crescimento populacional proporcionalmente maiores se comparados aos das metrópoles.

Esse movimento tem levado para essas cidades médias alguns dos problemas da cidade grande. Problemas sociais como a violência, a falta de moradia, o desemprego, o crescimento do subemprego, os “nós” no trânsito, começam a aparecer nas cidades médias.

Outra questão é que a rede urbana brasileira ainda permanece longe de alcançar bons níveis de integração, embora haja um considerável número de grandes cidades. A extensão territorial, as desigualdades regionais, a histórica concentração industrial são fatores que determinam essa rede urbana pouco articulada.

Vimos durante toda a aula que a urbanização está diretamente relacionada à industrialização, por isso podemos afirmar que o processo de urbanização de um território se dá de acordo com o desenvolvimento econômico e industrial do mesmo. A urbanização brasileira não se deu de maneira organizada e, dessa forma, produziu aglomerações sociais nada articuladas e nada organizadas, como as favelas cariocas.

Nesse contexto, gostaria de discutir o conceito de metrópole e o desenvolvimento das metrópoles no Brasil. De acordo com Milton Santos, as metrópoles são “grandes cidades que se irradiam sobre um vasto território e dotadas de uma importante gama de atividades destinadas a satisfazer as exigências da vida cotidiana da totalidade da população nelas contida”. Em outras palavras, podemos colocar que as metrópoles formam um complexo e integrado sistema, não referindo-

se apenas à cidade-matriz, mas ao todo que inclui as diversas camadas e espaços sociais.

As metrópoles se caracterizam pelo crescimento do espaço físico que a leva para fora de seu perímetro, inclusive influenciando a vida de outras cidades, através, por exemplo, da oferta de empregos, da cultura, dos serviços públicos de educação e saúde. Via de regra, as metrópoles possuem um centro histórico bem definido a partir do qual os serviços se desenvolvem e são ofertados bem como a estrutura governamental que gere as demais cidades que formam a conurbação.

Segundo Milton Santos, as metrópoles são a forma mais clara do processo de concentração espacial engendrado pelo capitalismo. Isso, pois, segundo o autor, em nenhum outro momento da história houve um modelo capaz de formar agrupamentos urbanos com o tamanho e complexidade dos que existem hoje.

No Brasil, a concentração das indústrias no Sudeste, durante o período de grande industrialização, fez com que as nossas principais metrópoles fossem São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Contudo, cada vez mais evidencia-se um processo contemporâneo de desconcentração industrial e outras cidades passam a se mostrar como metrópoles constituídas ou prováveis. Nesse sentido, encontram-se Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém.

### **3. Questões comentadas**

**1) (CESPE – ABIN - 2008) A globalização econômica produziu a segmentação do espaço econômico mundial, expressa por meio da formação de blocos econômicos regionais como o MERCOSUL.**

Como nós vimos a globalização, ainda que seja um fenômeno de integração mundial, produz também a chamada regionalização ou segmentação que se evidencia justamente com a criação de blocos regionais. Questão certa.

**2) (CESPE – ABIN - 2008) É observada a formação de uniões econômicas regionais pela reunião de países geograficamente limítrofes ou não, onde perduram políticas de resistência à globalização da economia, impedindo o comércio com outros blocos econômicos e países para concentrar o aumento de riqueza dos países pertencentes ao próprio bloco.**

Se os blocos são fenômenos da globalização, como eles podem ter políticas de resistência à globalização? Não faz nenhum sentido. A ideia dos blocos não é impedir, mas fomentar o comércio. Questão errada.

**3) (CESPE – ABIN - 2008) Em relação ao Brasil, o processo de globalização diminuiu a concorrência entre produtos agrícolas no mercado internacional, o que impulsionou a modernização da agricultura no país.**

Na realidade, a globalização aumenta a concorrência entre produtos – de toda espécie – no mercado. Dessa forma, ela não

diminuiu, mas sim aumentou a concorrência, impulsionando a modernização da agricultura. Questão errada.

**4) (CESPE - BA - 2009) O atual estágio da economia mundial, comumente identificado como globalização, tem nas inovações tecnológicas que se processam no campo das comunicações um de seus instrumentos fundamentais, pois elas permitem, entre outros importantes aspectos, a rápida circulação de informações e de capitais.**

Mais tranquilo que isso não poderia ser. Realmente a globalização também se identifica pelas inovações tecnológicas e no campo das comunicações tem uma de suas bases, permitindo o fluxo instantâneo de informações. Questão certa.

**5) (CESPE – ABIN - 2008) A globalização é um fenômeno puramente econômico-financeiro, fundamentado no alcance mundial do mercado, que aumentou os fluxos comerciais entre países e blocos de países.**

Puramente econômico-financeiro não é não, pois também é cultural, por exemplo. Dessa forma, questão errada.

**6) (CESPE – BB - 2007) O quadro africano explicita um dos aspectos centrais da globalização econômica contemporânea: o caráter simétrico das oportunidades de desenvolvimento e de inserção no mercado mundial.**

Caráter simétrico e ainda por cima na África? Acho que não... rs  
Na realidade, a globalização acentuou o caráter assimétrico e o quadro africano evidencia essa assimetria. Questão errada.



**7) (CESPE - ABIN - 2008) A industrialização do país é responsável pela modernização do setor agrícola.**

Falei exatamente sobre essa questão na parte teórica. A industrialização gera demanda e necessidade de maior eficiência, fazendo com que o setor agrícola se modernize empregando novas técnicas, produtos e máquinas. Questão certa.

**8) (IRB-2008) Na região Nordeste, apesar da semi-aridez predominante, é possível encontrar ilhas de umidade, nas quais se registra desenvolvimento agrícola intenso.**

O governo brasileiro patrocinou a criação de espaço irrigados artificialmente a fim de justamente combater a semi-aridez natural da região. Esses espaços foram denominados de ilhas de umidade, como coloca o enunciado da questão. Questão certa.

**9) (IRB - 2008) O agreste nordestino, região de transição entre a zona da mata e o sertão, é a parte mais povoada do interior do nordeste brasileiro, registrando-se variações populacionais nos períodos mais secos.**

A maior parcela da população nordestina está concentrada na chamada zona da mata (que é a parte litorânea). O sertão por sua vez é uma região de baixa densidade populacional, devido a sua extensão territorial. Assim, questão errada.

**10) (IRB - 2009) Atualmente, observa-se, nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil, um sistema produtivo**

**intenso e mecanizado, que gera poucos empregos diretos e baixo índice de urbanização e de migrações.**

Calma aí, galera. Então, a expansão da fronteira agrícola no Brasil gerou baixo índice de urbanização e migração? A expansão da fronteira agrícola colocou a agropecuária dentro do eixo do capitalismo internacional. Além disso, durante esse processo, houve a introdução do trabalho mecânico no campo, o que fez com as pessoas deixassem as áreas rurais e migrassem para as cidades, aumentando a urbanização. Questão errada.

**11) (IRB - 2009) Devido à consolidação da agricultura irrigada — parcialmente voltada para a exportação — e da produção moderna de grãos, bem como à modernização dos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, a região Nordeste do Brasil apresenta, atualmente, bons índices de desenvolvimento no que se refere a indicadores sociais, superando, inclusive, índices do Centro-Sul.**

Desde quando os índices sociais do Nordeste superaram os do Centro-Sul? Embora eles tenham avançado, não superaram. Questão errada.

**12) (IRB - 2009) O cerrado brasileiro é um bioma propício à atividade agrícola, como comprova sua alta produtividade nas últimas décadas, graças, especialmente, à fertilidade do seu solo, que não exige corretivos.**

Na realidade, a produtividade do cerrado está diretamente relacionada com a utilização de corretivos. Questão errada.

**13) (IRB - 2009) O fato de as indústrias deixarem de se concentrar no sudeste do Brasil tem relação com o processo de modernização da agricultura brasileira.**

Eu sei que vai ter aluno reclamando, então vou logo avisando que também acho essa questão polêmica. De toda forma, coloco ela aqui para que vocês vejam o entendimento do Cespe. A desconcentração industrial tem relação com a modernização? Sim! Então, a desconcentração também está relacionada à modernização da agricultura. Na verdade, a ideia por trás disso é que tudo está interligado, seja a modernização da agricultura, a possibilidade de controle à distância do processo produtivo, a melhoria nos transportes e a desconcentração industrial. Importante ressaltar que, durante os anos 1970, houve um processo de modernização agrícola que esteve voltado em boa medida para o interior do país. Foi assim que estados como Goiás e Mato Grosso puderam dar um salto produtivo. Ou seja, mediante a modernização da produção nesses estados ocorreu a modernização agrícola. Questão certa.

**14) (CESPE – ABIN - 2008) Um dos aspectos que compõem o quadro de modernização da agricultura brasileira é a formação de complexos agroindustriais como aqueles ligados à fruticultura.**

Sim, pessoal. De fato um dos aspectos que compõem o quadro de modernização da agricultura é a formação de complexos agroindustriais. Essa é uma política que vem sendo adotada há algum tempo pelo Ministério da Agricultura e que vem dando resultado, inclusive levando o Brasil a ser um dos maiores produtores de frutas no mundo. Questão certa.

**15) (CESPE – ABIN - 2008) A expansão agrícola, ao inaugurar novos polos de crescimento econômico e ao disseminar os programas de assentamento rural, ajudou a atenuar o problema da concentração da propriedade de terras no país.**

Essa questão é uma que eu considero difícil. Vamos lá. A expansão agrícola realmente inaugurou novos polos de crescimento, mas essa expansão sempre visou ao “capital” e não ao assentamento rural. O Brasil ainda sofre com a concentração de terras nas mãos de poucos empresários. Questão errada.

**16) (CESPE – ABIN - 2008) Os conflitos pela posse de terra no Brasil ocorrem tanto nas áreas tradicionais de produção agropecuária como nas novas áreas de expansão agrícola, a exemplo da região Centro-Oeste.**

Essa questão é interessante, pois é como se afirmasse que em todo o Brasil ocorre a concentração de terras. Se estivesse assim, aposto que ninguém erraria. Pessoal, os conflitos pela posse de terra, muitas vezes travados entre movimentos sociais e forças policiais a favor da manutenção da posse de terras, ocorrem de Norte a Sul do país, seja em áreas tradicionais, seja em áreas modernas. Questão certa.

**17) (CESPE – ABIN - 2008) No Brasil, as mudanças nos padrões produtivos geram efeitos sociais, tais como o desemprego, o subemprego e a migração inter e intrarregional.**

Para responder essa questão basta lembrar do êxodo rural. Como assim? Com a industrialização crescente, na região Centro-Sul, observamos os fluxos migratórios – lembram os paus-de-arara saídos

do Nordeste em direção ao Sudeste? – que por sua vez geraram desemprego, subemprego, problemas habitacionais etc. Questão certa.

**18) (CESPE – ABIN - 2008) O desenvolvimento agrícola ocorrido no Brasil coloca-o como provedor de bens primários para o mercado mundial, já que o país apresenta incipiente nível de industrialização.**

Esse enunciado apresenta uma característica bem comum das questões do Cespe. Percebam que metade do enunciado é correto e outra metade não, ou seja, a questão é errada. O Brasil é provedor de bens primários (pecuária, agricultura, extração vegetal e mineral, etc.)? Sim. Agora, a industrialização é incipiente? Não! Na verdade, o Brasil tem um nível de industrialização complexo. Questão errada.

**19) (CESPE – ABIN - 2008) Resultante da maior inserção do país no contexto internacional, a modernização agrícola, com a consequente queda da necessidade de trabalho humano no campo, contribuiu para o processo de urbanização no Brasil.**

Justamente a partir da modernização agrícola que o Brasil se tornou um país competitivo internacionalmente. A modernização agrícola se deu por meio da utilização de novas técnicas, máquinas e produtos, diminuindo a necessidade de trabalho humano no campo e empurrando a mão de obra dispensada para as áreas urbanas já formadas ou em formação. Questão certa.

**20) (CESPE – ABIN - 2008) Embora sejam evidentes os esforços de modernização das atividades no campo, o aumento do volume da produção brasileira decorre do aumento da área de terra cultivada.**

Na verdade, a maior modernização faz com que se diminua a necessidade da área cultivada. Questão errada.

**21) (CESPE – ABIN - 2008) Na região amazônica, a desconcentração da propriedade da terra, decorrente da ocupação desta por pequenos agricultores, direcionados por programas de assentamento implementados tanto pelo Estado, no caso do Programa Integrado de Colonização, quanto pela iniciativa particular, tornou a estrutura fundiária da Amazônia diferente da de outras regiões do país, em que existem os conflitos agrários.**

Pessoal, mais uma vez: há concentração de terras em todo o país. Não há desconcentração da propriedade da terra na região amazônica. Questão errada.

**22) (CESPE – ABIN - 2008) O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.**

Questão bastante difícil! O fluxo migratório que ocorreu na região estava diretamente relacionados aos interesses internacionais, sobretudo o interesse pelo látex. Já ouviram falar nos soldados da borracha? Esses eram basicamente nordestinos que se dirigiram para a Amazônia. E de fato foi na segunda metade do século XX que ocorreram as mais intensas correntes migratórias para essa região. Questão correta.

**23) (CESPE – ABIN - 2004) Vargas comandou o processo de modernização do Brasil, inserindo-o na contemporaneidade que o século XX exprimia. Do ponto de vista econômico, verificou-se o estímulo à industrialização, com o Estado assumindo papel relevante na montagem da infraestrutura de que o país carecia.**

Como falamos anteriormente, Vargas foi de fato aquele que deu a partida no desenvolvimento industrial brasileiro, colocando o Brasil dentro da economia mundial do século XX. Não se esqueçam de que esse desenvolvimento foi baseado na abertura do país ao capital estrangeiro e no incentivo à industrialização. Questão certa.

**24) (CESPE – ABIN - 2004) O governo Fernando Henrique Cardoso afastou-se do modelo de Estado desenhado por Vargas. Esse afastamento presidiu muitas das medidas que tomou, a exemplo da privatização de empresas estatais e da flexibilização das leis trabalhistas.**

Enquanto Vargas se caracterizou pela criação de empresas estatais, FHC se caracterizou pelas privatizações dessas empresas. Questão correta.

**25) (CESPE – ABIN - 2008) Para a inserção de países como o Brasil, o México e a Argentina na nova realidade econômica mundial, as organizações financeiras internacionais exigiram a reforma do Estado, para a ampliação da autonomia deste e para a garantia do crescimento econômico por meio da centralização da tomada de decisão.**

Centralização da tomada de decisão? Na verdade, as resoluções tomadas no Consenso de Washington sugeriam justamente o contrário, ou seja, a descentralização. Questão errada.

#### **4. Lista de questões**

**1) (CESPE – ABIN - 2008) A globalização econômica produziu a segmentação do espaço econômico mundial, expressa por meio da formação de blocos econômicos regionais como o MERCOSUL.**

**2) (CESPE – ABIN - 2008) É observada a formação de uniões econômicas regionais pela reunião de países geograficamente limítrofes ou não, onde perduram políticas de resistência à globalização da economia, impedindo o comércio com outros blocos econômicos e países para concentrar o aumento de riqueza dos países pertencentes ao próprio bloco.**

**3) (CESPE – ABIN - 2008) Em relação ao Brasil, o processo de globalização diminuiu a concorrência entre produtos agrícolas no mercado internacional, o que impulsionou a modernização da agricultura no país.**

**4) (CESPE - BA - 2009) O atual estágio da economia mundial, comumente identificado como globalização, tem nas inovações tecnológicas que se processam no campo das comunicações um de seus instrumentos fundamentais, pois elas permitem, entre outros importantes aspectos, a rápida circulação de informações e de capitais.**



**5) (CESPE – ABIN - 2008) A globalização é um fenômeno puramente econômico-financeiro, fundamentado no alcance mundial do mercado, que aumentou os fluxos comerciais entre países e blocos de países.**

**6) (CESPE – BB - 2007) O quadro africano explicita um dos aspectos centrais da globalização econômica contemporânea: o caráter simétrico das oportunidades de desenvolvimento e de inserção no mercado mundial.**

**7) (CESPE - ABIN - 2008) A industrialização do país é responsável pela modernização do setor agrícola.**

**8) (IRB-2008) Na região Nordeste, apesar da semi-aridez predominante, é possível encontrar ilhas de umidade, nas quais se registra desenvolvimento agrícola intenso.**

**9) (IRB - 2008) O agreste nordestino, região de transição entre a zona da mata e o sertão, é a parte mais povoada do interior do nordeste brasileiro, registrando-se variações populacionais nos períodos mais secos.**

**10) (IRB - 2009) Atualmente, observa-se, nas áreas de expansão da fronteira agrícola no Brasil, um sistema produtivo intenso e mecanizado, que gera poucos empregos diretos e baixo índice de urbanização e de migrações.**

**11) (IRB - 2009) Devido à consolidação da agricultura irrigada — parcialmente voltada para a exportação — e da produção moderna de grãos, bem como à modernização dos empreendimentos voltados para a produção de têxteis, a região Nordeste do Brasil apresenta, atualmente, bons índices de**

**desenvolvimento no que se refere a indicadores sociais, superando, inclusive, índices do Centro-Sul.**

**12) (IRB - 2009) O cerrado brasileiro é um bioma propício à atividade agrícola, como comprova sua alta produtividade nas últimas décadas, graças, especialmente, à fertilidade do seu solo, que não exige corretivos.**

**13) (IRB - 2009) O fato de as indústrias deixarem de se concentrar no sudeste do Brasil tem relação com o processo de modernização da agricultura brasileira.**

**14) (CESPE – ABIN - 2008) Um dos aspectos que compõem o quadro de modernização da agricultura brasileira é a formação de complexos agroindustriais como aqueles ligados à fruticultura.**

**15) (CESPE – ABIN - 2008) A expansão agrícola, ao inaugurar novos polos de crescimento econômico e ao disseminar os programas de assentamento rural, ajudou a atenuar o problema da concentração da propriedade de terras no país.**

**16) (CESPE – ABIN - 2008) Os conflitos pela posse de terra no Brasil ocorrem tanto nas áreas tradicionais de produção agropecuária como nas novas áreas de expansão agrícola, a exemplo da região Centro-Oeste.**

**17) (CESPE – ABIN - 2008) No Brasil, as mudanças nos padrões produtivos geram efeitos sociais, tais como o desemprego, o subemprego e a migração inter e intrarregional.**

**18) (CESPE – ABIN - 2008) O desenvolvimento agrícola ocorrido no Brasil coloca-o como provedor de bens primários para o mercado mundial, já que o país apresenta incipiente nível de industrialização.**

**19) (CESPE – ABIN - 2008) Resultante da maior inserção do país no contexto internacional, a modernização agrícola, com a consequente queda da necessidade de trabalho humano no campo, contribuiu para o processo de urbanização no Brasil.**

**20) (CESPE – ABIN - 2008) Embora sejam evidentes os esforços de modernização das atividades no campo, o aumento do volume da produção brasileira decorre do aumento da área de terra cultivada.**

**21) (CESPE – ABIN - 2008) Na região amazônica, a desconcentração da propriedade da terra, decorrente da ocupação desta por pequenos agricultores, direcionados por programas de assentamento implementados tanto pelo Estado, no caso do Programa Integrado de Colonização, quanto pela iniciativa particular, tornou a estrutura fundiária da Amazônia diferente da de outras regiões do país, em que existem os conflitos agrários.**

**22) (CESPE – ABIN - 2008) O aproveitamento da vastidão das terras da região amazônica por meio da alocação de pequenos produtores rurais, na segunda metade do século XX, desencadeou intenso fluxo migratório para a região.**

**23) (CESPE – ABIN - 2004) Vargas comandou o processo de modernização do Brasil, inserindo-o na contemporaneidade que**

o século XX exprimia. Do ponto de vista econômico, verificou-se o estímulo à industrialização, com o Estado assumindo papel relevante na montagem da infraestrutura de que o país carecia.

**24) (CESPE – ABIN - 2004) O governo Fernando Henrique Cardoso afastou-se do modelo de Estado desenhado por Vargas. Esse afastamento presidiu muitas das medidas que tomou, a exemplo da privatização de empresas estatais e da flexibilização das leis trabalhistas.**

**25) (CESPE – ABIN - 2008) Para a inserção de países como o Brasil, o México e a Argentina na nova realidade econômica mundial, as organizações financeiras internacionais exigiram a reforma do Estado, para a ampliação da autonomia deste e para a garantia do crescimento econômico por meio da centralização da tomada de decisão.**

## **5. Gabarito**

<b>1 – C</b>	<b>2 – E</b>	<b>3 – E</b>	<b>4 – C</b>	<b>5 – E</b>
<b>6 – E</b>	<b>7 – C</b>	<b>8 – C</b>	<b>9 – E</b>	<b>10 – E</b>
<b>11 – E</b>	<b>12 – E</b>	<b>13 – C</b>	<b>14 – C</b>	<b>15 – E</b>
<b>16 – C</b>	<b>17 – C</b>	<b>18 – E</b>	<b>19 – C</b>	<b>20 – E</b>
<b>21 – E</b>	<b>22 – C</b>	<b>23 – C</b>	<b>24 – C</b>	<b>25 – E</b>